



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: ATÍLIO FRANCISCO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09/11/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** – Boa tarde a todos e a todas.

Presidindo a Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 26ª audiência pública semipresencial desta Comissão, no ano de 2021, para debater sobre aumento de impostos na cidade de São Paulo.

Informo que esta reunião está sendo realizada de forma presencial e virtual, transmitida ao vivo através do endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline), pelo Youtube e pelo Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo desde o dia 04 de novembro de 2021.

As inscrições para o pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 04, no endereço já citado, mas vou repetir: [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciavirtual](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciavirtual).

Estão presentes o Vereador Atílio Francisco, que preside esta audiência, e a nobre Vereadora Sonaira Fernandes, bem como os convidados: Sra. Cristina Buchaim; Sr. Eduardo Izzo; Sr. Paulo Melo; Sr. José Carlos Costa; os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a sociedade em geral.

Passemos à primeira fala. Vereadora Sonaira Fernandes.

**A SRA. SONAIRA FERNANDES** – Boa tarde a todos.

Eu quero agradecer ao Vereador Atílio Francisco, membro da Comissão de Finanças e Orçamento, por ter nos ajudado, por ter empenhado os seus esforços nesta audiência tão importante para discutirmos o tema do aumento de impostos na cidade de São Paulo.

A Cidade está saindo de um período de *lockdown*, em que muitas pessoas tiveram os seus trabalhos, a sua renda, comprometidos e esta Casa já discute alguns projetos de lei pautados no aumento de alguns impostos. Então, nada mais justo, nada mais legítimo que convidarmos a sociedade, as pessoas que sofreram, lá na ponta, esses impactos, para discutirmos um assunto tão importante para a população, para os habitantes, para o povo paulistano.

Então, muito obrigada, Vereador Bispo Atílio, por esta oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** – Então, vamos passar a palavra aos convidados. Tem a palavra a Sra. Cristina Buchaim. (Pausa) Está presente? (Pausa) A Sra. Cristina está com o microfone fechado. (Pausa)

Muito bem, a Sra. Cristina está com dificuldade de comunicação, então vamos seguir em frente. As pessoas que quiserem falar, a inscrição está aberta, ali, na mesa.

Tem a palavra o Sr. Eduardo Izzo.

**O SR. EDUARDO IZZO** – Boa tarde a todos.

Meu nome é Eduardo Izzo. Sou brasileiro, sou paulistano, empresário e sou membro do Movimento IPTU Justo.

Eu estou aqui hoje para protestar contra a cobrança abusiva e expropriatória do Imposto Predial e Territorial Urbano, o famoso e cada vez mais temido IPTU. Os cidadãos paulistanos vêm assistindo a uma escalada injustificada deste tributo, que vem sendo reajustado de forma arbitrária ao longo dos anos; que cresce conforme a vontade e a necessidade do Poder Público, criando um monstro confiscatório e tornando, em muitos casos, impossível a manutenção do patrimônio, a continuidade de um negócio, a locação ou a venda de um imóvel, gerando abandono, desemprego e desesperança.

O IPTU não pode mais ser usado para manter a inchada e mal administrada máquina pública. Este é um tributo não vinculante, o que significa que não tem destino certo, um coringa que tem servido para tapar os buracos abertos pelo próprio Governo, e não é justo que se coloque sobre o patrimônio da população, conquistado com tanto sacrifício, todo o peso da ineficiência do Estado.

O cidadão paulistano está pagando muito caro por serviços que não recebe e isso, em minha humilde opinião, é estelionato - a palavra é forte, mas é exatamente o que eu sinto. Não há segurança pública suficiente, não há manutenção de praças e ruas, não há poda de árvores, a iluminação pública é deficiente e a falta desses serviços – pagos através do IPTU – geram prejuízos e mais despesas para o cidadão que tem de contratar serviços particulares para

suprir aqueles que não são entregues pela Administração Pública, como segurança privada, investimentos em equipamentos de vigilância ou ainda para consertar os estragos causados pela falta de manutenção, como árvores caídas que destroem a propriedade particular ou automóveis danificados pela má qualidade do asfalto.

Não há dúvidas sobre a necessidade da cobrança de impostos, mas essa cobrança deve obedecer a critérios coerentes, transparentes e justos, devolvendo aos paulistanos o direito à propriedade, garantido pela Constituição e que está sendo tirado do cidadão com os imóveis. Isso tem de parar. O IPTU deve ser repensado para que tenhamos coerência, previsibilidade e transparência.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** – Muito bem.

A Sra. Cristina Buchaim já está habilitada? (Pausa) Está com dificuldade.

Tem a palavra o Sr. José Carlos Costa.

**O SR. JOSÉ CARLOS COSTA** – Boa tarde a todos.

Sou o José Carlos Costa, aposentado, 56 anos, casado, duas filhas e três netos. Estou aqui para falar do IPTU injusto, que destrói empresas, matas pessoas, aniquila empregos e acaba com os sonhos.

Eu devo lembrar de que os senhores fizeram um juramento de posse, em que prometeram defender a justiça social, a paz, a equidade entre todos os cidadãos, promovendo o bem geral do Município. E quero lembrar de que o Município é composto por pessoas. Portanto, os senhores prometeram garantir o bem-estar dos munícipes.

Vamos à minha narrativa. Em 2014, a Prefeitura reajustou o valor venal dos imóveis em 100%, levando à inadimplência milhares de pessoas, muitas aposentadas como eu. Saliento que o IPTU levou o medo e a depressão para dentro das casas.

Vamos ver alguns dados estatísticos, para compreendermos a gravidade da situação. Atualmente, 70% das famílias estão endividadas – fonte: Confederação Nacional do Comércio. Temos 15 milhões de desempregados no País, sendo 3,5 milhões em São Paulo.

Quarenta e sete por cento de todos os negócios deixaram de existir no País. Em São Paulo, seis a cada 10 empresas perderam o faturamento.

Vamos ao meu caso como exemplo. De 2014 a 2021 o valor venal da minha casa foi reajustado em 264%, ficando agora 27% superior ao valor de mercado. O valor do IPTU foi reajustado em 77%. Nesse mesmo período, a minha aposentadoria foi reajustada em 53%. E aqui, mostro o rateio das minhas despesas mensais, como acontece com milhares de outros aposentados: comida: 50%; água, luz e gás: 20%; remédios: 30%. Total: 100%. Não sobra nada para pagar o IPTU. Então, ficamos com depressão e medo de perder a casa para a Prefeitura ou sermos obrigados a vendê-la. Destaco que este tipo de coação não tem cabimento e deve ser revisto, pois o artigo 5º da Constituição reza que todos têm direito à moradia e ao bem-estar. Portanto, a meu ver, essa coação é inconstitucional.

O que o povo quer? O povo quer comer, o povo quer emprego, o povo quer sair da depressão, o povo quer pagar o IPTU justo. Como resolver? Os senhores têm a oportunidade única de devolver o bem-estar aos munícipes e de reduzir o valor venal do IPTU em 50%, promovendo uma justiça fiscal e social. Cortem na carne, se for necessário, pois uma nação só é grande e forte com um Estado pequeno.

IPTU justo já. Cumpram com o seu juramento e com a Constituição brasileira.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco)** – Muito bem. Obrigado, Sr. José Carlos.

Tem a palavra o Sr. Paulo Melo.

**O SR. PAULO MELO** – Muito obrigado.

Boa tarde. Agradeço a oportunidade de expor o meu ponto. Agradeço à Vereadora Sonaira Fernandes e também ao Sr. Vereador Presidente da Mesa.

Eu não sou aposentado ainda, mas eu sei, falando com os outros, que os mais afetados são os aposentados. Eles trabalham a vida inteira para ter uma certa dignidade na terceira idade e quando chegam lá o que eles encontram é essa apunhalada nas costas.

Parece que aqueles, os apologistas do IPTU alto, não pensam nessas pessoas,

nessas famílias, nos aposentados que podem acabar virando, com muita tristeza, um peso para os seus filhos, para a sua família. Isso é terrível. Não é possível pensar assim.

E o que acontece? Eles chegam na terceira idade em situação de vulnerabilidade social, em uma situação em que eles correm o risco de perder a moradia, e ficam pagando para o Estado por sua própria residência, que suaram bastante para comprar. Então, essa situação acaba até afetando a saúde, e eles têm, ainda, que arcar com o peso do convênio médico, porque se tiverem de recorrer ao SUS, será um desastre. A rede hospitalar está completamente sucutada justamente pelo desprezo dos administradores públicos.

Então, o Estado tem uma Constituição e o que a população espera da Constituição? Que esta proteja o indivíduo do avanço do Estado. No caso do Município, é a Lei Orgânica. Mas o que está acontecendo não é isso. Não existe proteção da Constituição ou da lei da Lei Orgânica ao indivíduo. O Estado está avançando cada vez mais. Estão falando agora, inclusive, em taxa do lixo. Acreditem: o retorno dessa taxa que havia sido completamente marginalizada pela sociedade. Mas voltemos ao IPTU e ao papel do Estado.

Qual é o papel do Estado? Tornar a vida do indivíduo melhor, possibilitando a geração de empresas e de empregos. Mas não é isso o que acontece. Como bem disse a Vereadora Sonaira, nós estamos acabando de sair de uma situação de dois anos de *lockdown* que ceifou empresas e empregos. Como podem os senhores legisladores do Município pensarem em aumento de IPTU? Ainda mais em um aumento, como estão falando, em média de 100%? O que é isso? Que coisa é essa? Em que mundo vivemos? E agora, justamente agora, a população está cada vez mais a par da política. A população passou a se interessar e por quê? Porque percebeu que vinha sendo enganada por décadas, não somente pela classe política, como pela Imprensa, que escondia as mazelas dos políticos. Então, agora que a população conhece a escalação da Suprema Corte e não sabe nada da escalação da Seleção Brasileira, eles vêm com essa? Agora que a população conhece a vertente política de cada Vereador, de cada Deputado, de cada Senador? Não é possível que isso venha a acontecer. E estão falando em revisão periódica da Planta Genérica da Cidade, o que nos leva a aumentos terríveis, como

bem relatou o nosso amigo José Carlos.

Há um caso no Morumbi, em que a pessoa mora em um apartamento grande, perto da favela de Paraisópolis, e, na Planta Genérica, diz-se que o valor venal do apartamento é de três milhões de reais. A pessoa diz que não consegue oferta maior do que 600 mil reais, mas está pagando IPTU em cima dos três milhões de reais. O que virá para ela, agora? E quem vai querer comprar o apartamento dela, se ela tiver de sair de lá? Vai ficar para o estado? O que é isso? Que tipo de situação é essa que estamos vivendo?

Então, é preciso tomar muito cuidado e eu finalizo minha fala pedindo aos Srs. Vereadores que, por favor, coloquem as mãos na consciência e pensem, meditem sobre a vida dessas pessoas, dessas famílias, porque uma cidade não é composta apenas de pessoas da periferia e tudo. As pessoas da classe média, as pessoas que vivem perto do Centro ou até nos bairros mais nobres também têm dificuldades. São elas que principalmente estão sendo atacadas pelo estado – pelo estado perdulário, inclusive.

Essa é a minha fala. Eu agradeço muito a oportunidade e até logo. Boa tarde para todos. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** – Muito obrigado. A próxima é a Sra. Cristina Buchaim. Está em condições de falar? É só abrir o microfone, Dona Cristina, por favor. (Pausa)

Bom, então, vamos à participação das pessoas que estão inscritas para falar. A primeira é a Sra. Sarina Sasaki Manata. Tem três minutos para a sua fala, por favor. Vou designar o tempo, porque às 15h nós temos sessão e temos várias pessoas inscritas. Por favor.

**A SRA. SARINA SASAKI MANATA** – Boa tarde a todos. Meu nome é Sarina. Venho representando a Fecomercio, lembrando que a Fecomercio não representa somente o comércio, mas também o setor de prestação de serviço e de turismo. Representamos quase dois milhões de empresários no Estado de São Paulo, que geram cerca de 10 milhões de empregos. Então, temos muita representatividade, não só no estado, mas também na capital.

Gostaria de lembrá-los de que esse projeto, na verdade, não trata só de IPTU. Ele pretende fazer uma grande transformação na legislação tributária municipal, alterando questões

importantes relativas ao ISS, ao ITBI e à Cosip. Apesar de ter aspectos positivos, até, como a redução do ISS para a economia criativa, fortemente impactada pela pandemia, e para a economia digital, na verdade, no todo, entendemos que, sim, há aumento, aí, de tributos – e em um momento, como todos falaram, tão difícil, um momento de pandemia, em que ainda sofremos várias restrições de funcionamento. Acho que para um projeto dessa natureza deveria ser aberto um amplo debate com a sociedade e com os setores envolvidos.

Gostaria de ressaltar um dos pontos, que é com relação às Sociedades Uniprofissionais, as SUPs. São os contadores, médicos e advogados, que têm um regime diferenciado de tributação e que vão ser superimpactados por essa alteração. Para os senhores terem ideia, pode-se chegar ao aumento de quase 3.000%. Estão instituindo uma tabela progressiva de tributação desses profissionais, que também foram afetados. Não se enganem, achando que não foram afetados. Foram, sim, e eles têm de ter o mínimo de previsibilidade nessas alterações e em alterações tão profundas como essa que se pretende fazer.

Outro aspecto importante, que eu gostaria de ressaltar, considerando o pouco tempo e o que nele cabe, é a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, a Cosip, que é aquela contribuição cobrada na conta de consumo. Como todos sabem, temos tido grande aumento da conta de energia elétrica, causado, principalmente, pela crise hídrica que todos estamos sofrendo, e, justamente agora, também querem aumentar a sistemática dessa cobrança, instituindo, também, uma tributação progressiva.

Hoje, para os senhores terem ideia, consumidores residenciais pagam pouco mais de nove reais e empresariais pagam 30 reais. Eu quero ilustrar o forte impacto que haverá, por exemplo, para os empresários. Vou dar o exemplo de um açougue – e não é um grande açougue, não; é um açougue de pequeno porte, de bairro. Hoje, então, ele paga 30 reais dessa contribuição e, com essa alteração pretendida, ele passaria a 1.139. Acho que é um absurdo essa alteração que se pretende fazer. O Governo disse que não teria arrecadação com a conta Cosip. Então, eu acho que não é o momento de fazer uma grande alteração com relação a essa contribuição, pois verificamos, sim, impacto negativo, com aumento de arrecadação.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco)** – Muito bem. Sra. Cristina, está podendo, agora? Está em condições de fala? (Pausa) Bom, então, vamos dar sequência às nossas inscrições. O segundo inscrito é o Sr. Vagner Oliveira Braga. (Pausa) O próximo é o Sr. Deuany Berg Fontes. (Pausa) O próximo é o Sr. Douglas Dal Monte. Tem a palavra por três minutos.

**O SR. DOUGLAS DAL MONTE** – Alô. Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco)** – Boa tarde. Pode falar.

**O SR. DOUGLAS DAL MONTE** – Boa tarde. Meu nome é Douglas. Eu estou representando o CESA, o Centro de Estudos das Sociedades de Advogados, e eu gostaria de falar um pouco sobre a alteração que está sendo prevista com relação à mudança de ISS. Está sendo proposta a alteração com o projeto de lei que trata da reforma tributária no Município de São Paulo. Essa reforma está falando da estimativa de impacto e da proposta de progressividade do regime de tributação especial, que atinge todas as Sociedades Uniprofissionais, prestadoras de serviço. Ali estão profissionais médicos, contadores, advogados, biólogos e todos os profissionais liberais.

Está sendo também prevista uma alteração, em que se atribuem aumentos na carga tributária que chegam ao topo de 2.700% do que é pago hoje. No momento em que estamos falando de pandemia e em que estamos vivendo um contexto totalmente... Que não se pode tratar de uma situação que é uma situação igual e que estamos no momento... Essas prestadoras de serviço são as que mais empregam no Município de São Paulo e ter um aumento de carga tributária – que é paulatino e progressivo e que chega até 2.700% – certamente impactará diretamente na contratação dos profissionais.

Isso está no projeto e está, também, bastante explicado como as coisas estão acontecendo no Projeto de Lei 685, de 2021. Ele foi apresentado em 05/10/2021 e aqui a ideia é a reforma tributária. Então, no relatório, da página 46 até a página 49, estão as explicações sobre essa alteração. Aqui, nós, então, temos essa alteração que vai penalizar e vai causar sobrecarga imensa nos prestadores de serviço do Município de São Paulo. Este momento, que

é um momento bastante delicado, certamente vai impactar diretamente esses grandes contratantes de mão de obra.

Por esse motivo, imagino que precisemos nos dedicar bastante e olhar para isso com bastante calma antes de qualquer aprovação, exatamente pelos impactos que isso vai causar no topo. É progressivo, mas o maior dos aumentos chegará a 2.700%, se for implementado.

É claro que há questões, também, envolvendo a própria constitucionalidade desse aumento e que precisam ser analisadas. Imagino que os senhores vão analisar essa situação, mas aqui eu não estou me debruçando apenas sobre as questões constitucionais, legais, que certamente serão objeto de questionamento se for implementado, mas também sobre a questão principal, que é econômica. Essas empresas que estão abrangidas por essa situação são as maiores empregadoras no Município de São Paulo e certamente haverá um grande problema se tivermos um aumento, de novo, que é progressivo e chega até a 2.700% de aumento de ISS, Imposto sobre Serviços. Então, além das questões envolvendo a própria constitucionalidade e legalidade da situação, há esses efeitos econômicos e eu gostaria de chamar a atenção dos senhores e das senhoras para isso, para que consigamos ter um debate bastante aberto, olhando para o problema que isso causará entre os prestadores de serviço.

Coloco-me à disposição se houver necessidade de qualquer outra explicação ou qualquer outro debate sobre o assunto. Agradeço o tempo e a atenção dos senhores e das senhoras.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** – Muito obrigado. A próxima pessoa inscrita é a Sra. Katia Scavone. (Pausa) O próximo é o Sr. Vladimir Martim. (Pausa) O próximo é o Sr. Justin Alti. Está presente? (Pausa) Sra. Renata Augustini Traldi? (Pausa) Sra. Maria Helena Bueno? Tem a palavra por três minutos, por gentileza. (Pausa) Vamos para o próximo, pois ela não está conseguindo comunicação. Sr. Douglas Moura? (Pausa) O próximo é o Sr. Rogers Tumasonis. (Pausa) Sra. Samara Z. C. Benegas? (Pausa) Sr. Francisco Álvares? (Pausa) O próximo é o Sr. Marcelo Torres de Oliveira.

**O SR. MARCELO TORRES DE OLIVEIRA** – Perfeitamente, senhores e senhoras.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** – Pois não, Sr. Marcelo. Tem três minutos, por gentileza.

**O SR. MARCELO TORRES DE OLIVEIRA** – Boa tarde a todos. Eu sou representante da Associação Viva Paraíso. Acompanhando os colegas que já se pronunciaram, sigo todas as mesmas ideias, principalmente a do Eduardo Izzo. Eu faço parte da organização do IPTU Justo.

Nós entendemos, Sr. Presidente, que o IPTU serve para custear a Administração Municipal e que o próprio IPTU serve para investimento em saúde, educação, custeamento de obras públicas e melhoria dos serviços prestados. Cada município pode usar uma metodologia própria para o cálculo do IPTU.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria, se possível, que houvesse uma clareza por parte dos senhores no que diz respeito a como é utilizado esse custeio, esse rateio do IPTU, para todas essas despesas, o que para nós não é muito claro. Como é feito esse cálculo? Para que possamos acompanhar os orçamentos, com as nossas próprias despesas, como é que podemos encaixar dentro do nosso orçamento, porque, da forma como os senhores deliberam sobre o aumento do IPTU, torna impossível... (Falha na transmissão) ...como não temos condições de executar o compromisso financeiro junto à Prefeitura. Por isso, senhores, Sr. Presidente, demais membros da Mesa, peço a gentileza de que vocês tenham a clareza e a dignidade de nos... (Falha na transmissão) ...informações, às quais não temos a mínima condição de entender e de bancar... (Falha na transmissão)

Meu nome é Marcelo. Eu sou da cidade de São Paulo. Sou casado e tenho uma filha. Tenho dificuldade de arcar com essas despesas, que são cada vez maiores para o nosso orçamento.

Muito obrigado.

**A SRA. SONAIRA FERNANDES** – Presidente, permita-me falar por dois minutinhos, por favor. É só para dizer ao Sr. Marcelo Torres que nós fizemos um requerimento de informação, solicitando essas informações que o senhor acabou de citar na sua fala, e o nosso gabinete está

aguardando a resposta do Executivo. Assim que a recebermos, vamos poder com mais clareza analisar todos os dados e também fazer público para que vocês saibam, realmente, tudo o que consta nas informações que forem passadas.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** – Muito bem. O próximo inscrito para falar é o Sr. Pedro Caribé Rattes.

**O SR. PEDRO CARIBÉ RATTES** – Boa tarde, pessoal.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** – Boa tarde. Tem três minutos, por gentileza.

**O SR. PEDRO CARIBÉ RATTES** – Eu sou arquiteto. Sou especialista em projetos de varejo. Então, eu lido em duas frentes, diretamente ligadas com os impostos. São três frentes, na verdade. Uma é como cidadão, na questão do IPTU e do ITBI. Outra é com relação aos varejistas. Há o urbanismo, a questão da dinâmica de ocupação da cidade e, também, a questão dos impostos pagos pelos prestadores de serviço. Eu, como prestador de serviço, sinto diretamente esse impacto.

O pessoal falou, aí, diversos aspectos técnicos e eu não vou entrar de novo nesse mérito, porque já foi bastante explanado. Eu quero dar uma visão um pouco mais ampla da questão dos impostos, que é a seguinte: na cidade, quanto mais impostos e mais burocracia para o pagamento de impostos, maior é a dificuldade, tanto para os cidadãos viverem na cidade e desempenharem as suas funções quanto para as empresas e os prestadores de serviço desenvolverem as suas atividades.

Sob esse ponto de vista, há até a questão do ITBI, que é um imposto que dificulta bastante a liquidez dos imóveis. Muitas vezes, as pessoas têm de vender o imóvel, porque, por conta de um problema de um imposto, que é o IPTU, a pessoa cai de novo na questão do imposto, que é o ITBI – e é uma cobrança muito alta.

Então, a visão que eu quero trazer para este debate é que quanto menos impostos diretos tivermos sobre cada uma dessas questões, que afetam diretamente o cidadão, o empresário, o prestador de serviço, o morador da cidade, maiores serão as possibilidades de

que essas pessoas gerem riquezas, trabalhem, façam com que suas vidas andem adiante. Com isso, trazem uma melhoria global para a cidade. Acho que é esse o aspecto que eu queria trazer para esta discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** - Muito bem. O próximo inscrito é o Sr. Mark Roberto Junemann. Três minutos, por gentileza.

**O SR. MARK ROBERTO JUNEMANN** - Boa tarde a todos. Meu nome é Mark, sou morador de Parelheiros, mas também possuo imóvel na região da Cidade Dutra, graças a uma herança de família.

Uma coisa que me estranha é que cada ano que passa, o imóvel que eu tenho na Cidade Dutra, na região de Interlagos, aumenta. Mas, aumenta e não é pouca coisa o IPTU, é um aumento sempre de 500 reais, mil reais, 1.500 reais, dois mil reais num imóvel avaliado em um milhão e novecentos que seja. Mas, quando você vai tentar vender o imóvel não consegue 600 mil. Eu costumo ver que várias regiões de São Paulo se tornaram regiões fantasmas. Você entra nos bairros e só tem placa de “aluga-se” e “vende-se”.

Moro num lugar em Parelheiros, onde possuo também escritura no 11º Cartório, pago IPTU e não tenho nem as condições mínimas da Prefeitura, que são: guia, sarjeta e asfalto. Eu vejo bairros da periferia que estão recebendo tanta infraestrutura, tantas melhorias e o meu bairro não recebe nada em Parelheiros.

Eu acredito que essa revisão do IPTU, dos valores, onde houve essa consulta? Simplesmente colocam o projeto e esquecem de consultar a população? É fácil aumentar os impostos. Querem reduzir imposto? Simples. Cortem o salário dos prefeitos regionais de 19 mil para sete mil; dos assessores, de 17 mil para sete mil. Façam a soma, 32 subprefeituras com 32 cargos e cada um ganhando um salário desse, são 12 milhões que vocês economizam por ano. Com isso vocês não precisam aumentar a carga tributária de toda a população, que sofre.

Eu sou assalariado. Hoje eu ganho em torno de três mil reais. Só de IPTU eu deixo quase um terço e meio, fico na metade. De 30 mil no ano, quase 15 mil é imposto só para a Prefeitura, para não ver nada de benfeitoria, para eu ver ruas com buraco, ruas de terra. Sabe?

Parece que a Prefeitura vê um mundo ideal de finanças, vê a captação de recursos, e a população, independente se for de classe média, rica, pobre, independente de qual é a classe, deixa largada.

Então, é assim, essa é a minha fala e qualquer coisa estou à disposição.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** - Obrigado. A próxima oradora é a Sra. Angela Quintanilha, da Associação Viva Moema.

**A SRA. ANGELA QUINTANILHA** - Boa tarde a todos. Estou representando a Associação Viva Moema e comungo com a fala de vários participantes que já tiveram a sua fala nesse evento.

Queria reforçar a questão dos recursos financeiros recolhidos pela Prefeitura. Foi uma surpresa ao consultar as informações, que não são fáceis, precisa de muita transparência, muita persistência de quem está tentando obter informações, o *site* da Prefeitura carece.

Mas, a Prefeitura surpreendentemente teve um aumento médio real de 3,9% na arrecadação de impostos, num período em que todos nós sabemos que foi difícil para grande parte da população. E, mesmo assim, com vários cidadãos que perderam seus empregos, tiveram reduzidos seus salários, ainda assim, ela teve um aumento na arrecadação maior do que o que acontecia.

Também tenho que fazer referência - outros aqui já falaram - sobre o ITBI, que teve um aumento, extrapolou um aumento do que pelo menos se teria ideia. Foi um aumento real de 47,1%. O ISS, 17,05%; e o IPTU, 4,28%. É inacreditável que a Prefeitura, analisando todas essas entradas, essas arrecadações, ainda venha com um aumento absurdo. É uma falta de critério, porque muitas pessoas, como o próprio participante anterior falou, que tem um salário incompatível com o que vem sendo cobrado de impostos.

Na audiência anterior, a presidente Simone Boacnin, da Associação Viva Moema, se expressou muito bem “nós não somos números”. A Prefeitura e seus representantes precisam olhar com mais carinho para o que a população está passando. A inflação já está chegando a dois dígitos, muitas pessoas não conseguem nem ter condições de comprar alimentos, o gás, e

a gasolina com esse aumento absurdo que vem ocorrendo rotineiramente. Como que a Prefeitura não observa o que está acontecendo com o cidadão?

Como o próprio cidadão falou anteriormente, a Prefeitura precisa... estamos de acordo que a Prefeitura não gera nenhum recurso, somos nós, cidadãos, munícipes, que pagamos através desses impostos. Então, se houve uma arrecadação maior, por que nós temos que sofrer esses aumentos absurdos?

Outro cidadão falou sobre a questão do ITBI, em que as pessoas estão querendo passar, vender seus imóveis e não conseguem, porque o valor oficialmente informado está muito acima do que as pessoas conseguem fazer propostas para venda.

Então, em nome dos munícipes, principalmente da região de Moema, eu venho encarecidamente solicitar que a Prefeitura, através dos seus representantes aqui, Vereadores, analise com mais cuidado, com mais carinho, esses aumentos. Nós não aguentamos mais. Não temos condições de suportar esses aumentos. Esses impostos são o nosso dinheiro que vai para a Prefeitura suportar seus gastos, mas gastos mínimos, numa situação que estamos passando de pandemia.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** - Concluindo, por favor.

**A SRA. ANGELA QUINTANILHA** - E outra coisa, a gente recolhe esses impostos e não estamos vendo nenhuma melhoria em nossos bairros. Isso acontece em toda a região da capital de São Paulo. Eu sou também da associação, sou ativa, vejo e observo o tempo todo como os bairros estão carentes de cuidados. Cuidados básicos.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** - Muito obrigado, D. Angela.

**A SRA. ANGELA QUINTANILHA** - Então, mais uma vez, eu solicito que essa gestão avalie muito cuidadosamente o que vai fazer com esses impostos e seus respectivos aumentos.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** - Obrigado. A próxima inscrita é a Sra. Anabela Andrade, três minutos por gentileza.

**A SRA. ANABELA ANDRADE** - Boa tarde a todos e a todas. Sou Anabela Andrade,

representante da Sampa Associação de Moradores e Amigos do Centro.

Primeiramente, eu gostaria de ressaltar que esta Casa comete violência de gênero a todo momento. Então, é bom dia a todos e todas e eu quero que isso fique gravado nos Anais da Câmara. Isso é um absurdo. Até, infelizmente, a Vereadora, que eu gosto tanto, não nos saudou. Então, isso é uma coisa.

Outra, 118,18% de aumento de imóveis até 60 metros. Qual é a lógica desse cálculo, Vereador?

Outra coisa, imóveis até 600 metros é -1,8%. Então, como assim? As pessoas que têm grandes imóveis não pagam, não têm aumento de impostos. As pessoas que têm imóveis pequenos, pois aqui na Sé é o que mais tem.

Então, nós gostaríamos primeiramente de um IPTU justo. Nós queremos um IPTU justo. Não existem pessoas que não pagam IPTU, elas têm que pagar nem que sejam dez reais. Esses três milhões de pessoas que são isentas não existem, com o estado pesado como nós temos em São Paulo. O Prefeito se auto aumentou há pouco tempo, acho que foi um “toma lá, dá cá”. Os servidores tiveram um aumento e, por conta disso, o Governo votou nessa para f... com a gente, que é munícipe.

Após o *lockdown* estamos assim saindo de uma pandemia, quer dizer, saindo nada, porque meu filho mora em Londres e está fechando tudo de novo. Então, vamos ter uma terceira cepa e os Vereadores aqui nos representam. Representam quem? Vocês precisam nos representar e ver o que é bom para a cidade e para as pessoas. Não dá para ter um aumento de 118% de IPTU, gente. De onde vem? Que lógica é essa?

Eu participei da última audiência pública e o subsecretário teve a cara de pau de falar “não, a gente tem que votar sim, porque está na lei”. Gente, não é uma lei da física, é uma lei dos homens. Nós temos que mexer nessa lei. Não dá, não dá, simplesmente não dá. Há pessoas que são idosas e com esse aumento vão deixar de comer, porque depois vão entrar na dívida ativa. Como vai ser a vida dessas pessoas? Nós queremos um IPTU justo. Esse valor de 118% é inadmissível, não sei de onde tiraram esse valor, que conta fizeram.

Então por favor, esse é o nosso pleito. Eu sou aqui do Centro. Então, é isso que a gente quer que vocês repensem.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco)** - Muito obrigado, D. Anabela. O próximo e último inscrito é o Sr. Alexandre Fumagalli. O Sr. Alexandre está presente? (Pausa)

A Cristina, nossa convidada, até agora não conseguiu se conectar no sistema. Já que não há mais inscritos, Vereadora, vossas considerações finais.

**A SRA. SONAIRA FERNANDES** - Obrigada, Presidente Atilio. Eu quero mais uma vez agradecer à Comissão de Finanças e Orçamento e a todos os participantes; e dizer como é importante termos um espaço como esse para ouvirmos a população, sabermos realmente o que acontece e o que causa as dificuldades de um aumento de imposto e de tantos impostos.

Nós estamos saindo de uma pandemia, onde vários comerciantes sofreram com o fechamento do comércio, com muitos impactos diretos na sua renda. Pai de família que não conseguiu sustentar a sua casa; e não conseguiu, por consequência, pagar o seu aluguel. Então, é importante discutir sobre isso porque mostra que estamos realmente interessados em fazer, em votar, em construir de fato o melhor para o povo paulistano.

A nossa contribuição precisa ser dada de forma séria e responsável, porque são situações também que causarão impacto que vêm ao nosso encontro, porque nós também, Vereador Bispo Atilio, somos contribuintes. Temos contas a pagar. Na família de cada pessoa há o idoso, o aposentado, que está sofrendo com isso. Temos amigos que têm comércio e sofreram essas consequências.

Então, muito obrigada pela participação de todos, aos convidados que atenderam ao nosso pedido, que acessaram o *link*. Temos trabalhado na construção de audiências públicas para o esclarecimento desses temas.

Quero convidar a senhora a participar ano que vem, pois faremos uma audiência pública que tratará sobre ideologia de gênero. A senhora está convidada, assim a senhora não irá mais dizer que nos meus cumprimentos eu não a alcancei.

Muito obrigada a todos.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** - Muito bem, Vereadora. Quero comentar baseado na fala de alguns dos participantes que o Executivo muitas vezes faz a correção da Planta Genérica quando o comércio imobiliário está em alta e, quando está em baixa, não faz a regressão também.

Deveria se fazer essa análise também, não por esse sistema de cálculo de IPTU por Planta Genérica. Ano passado fui Relator do Orçamento e o Prefeito Bruno tinha a previsão no orçamento de dar um aumento de IPTU de 6,31%, se não me engano, e exatamente em detrimento da causa da pandemia, ele retirou. Pediu para que se retirasse do orçamento esse reajuste.

Mas, mesmo assim, ainda, o cálculo da Planta Genérica está além daquilo que muitas pessoas têm condições de arcar com as despesas de IPTU. Então, é necessário sim que a Câmara Municipal tenha uma atenção especial para isso.

Em razão disso, fizemos essa audiência pública com a participação de algumas pessoas importantes, os convidados. Quero agradecer a participação de todos os senhores e senhoras e pela presteza da compreensão de ter realmente falado dentro do tempo habilitado, porque faltam cinco minutos para o início da sessão ordinária e não poderíamos estender mais o tempo.

Mas, muito obrigado pela participação de todos os senhores e senhoras, de todos e todas. Às vezes, na hora de fazer qualquer tipo de fala, não agimos de forma decorrente com relação ao preconceito e maus tratos. Mas, às vezes, a gente falha.

Então, muito obrigado a todos. A Sra. Cristina vai ficar para uma próxima, porque hoje ela não teve como se conectar no sistema para falar a respeito do tema de suma importância. Mas, outros oradores falaram, outras pessoas comentaram.

Muito obrigado a todas e a todos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.